



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**RACISMO NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO BOLSONARO E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA A POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL BRASILEIRA.**

MARIANA LIMA DOS SANTOS¹

FABÍOLA DA SILVA PEREIRA²

MARIA GERLANE DA SILVA ANDRADE³

TERÇÁLIA SUASSUNA VAZ LIRA⁴

RESUMO

O presente artigo pretende discutir a questão racial no governo Bolsonaro e seu impacto na população infanto juvenil brasileira. Para isso, foi usado o método do materialismo histórico-dialético, e pesquisas bibliográficas e documentais. As considerações apontam para um racismo estrutural, que contribuiu na disseminação de preconceito e discriminação, intensamente fomentado nesse período.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Bolsonaro; Infanto-Juvenil; Racismo; Política.

ABSTRACT

This article intends to discuss the racial issue in the Bolsonaro government and its impact on the Brazilian child and youth population. For this, the method of historical-dialectical materialism was used, as well as bibliographic and documentary research. The considerations point to structural racism, which contributed to the spread of prejudice and discrimination, intensely instigated during this period.

Keywords: Bolsonaro Government; Children and Youth; Racism;

¹ Universidade Estadual da Paraíba

² Universidade Estadual da Paraíba

³ Universidade Estadual da Paraíba

⁴ Universidade Estadual da Paraíba

Policy.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho escravizado da população africana no Brasil, deixou heranças que estão enraizadas na história do país, e que perduram na contemporaneidade. Um dos frutos aflorados desse passado, perpassou e se faz presente no âmbito da política, o racismo, elemento que está intrínseco em todas as facetas desse sistema e que impacta o país em várias instâncias da vida social.

Frente a isso, o estudo tem como objetivo principal compreender a questão racial e como essa se manifestou durante o governo Bolsonaro, nos discursos e ações governamentais e suas implicações para a juventude brasileira, com ênfase nos pretos e pobres do país. Para isso, sentiu-se a necessidade de abordar os traços coloniais sobre os quais o Brasil foi constituído, diante principalmente da mão-de-obra escravizada, processo que deixou de herança o racismo estrutural, elemento esse, que perpassa todas as dimensões da vida social no país, se fazendo presente também na política.

Mediante a isso, para compreender como a política nacional se manteve no decorrer dos anos inserida nas questões raciais, buscou-se discutir os discursos políticos e as ações de governo realizadas por Bolsonaro, fazendo uma analogia aos conceitos de biopolítica e necropolítica, para assim compreender como esse atuou frente a questões raciais e consequentemente como afetou o público infantojuvenil brasileiro.

As problemáticas discutidas ao longo deste artigo, são frutos de pesquisas realizadas pelas integrantes do Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-Juvenil (NUPECIJ) da Universidade Estadual da Paraíba. Além de que, este estudo tem como perspectiva teórico-metodológica, o materialismo histórico-dialético, levando em consideração, que para discutir a temática referida foi necessário abordar os fatores históricos e sociais presente na sociedade brasileira, em uma perspectiva de totalidade, a qual foi estruturada com base eminente na discriminação racial.

2 RACISMO: COMPONENTE ESTRUTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

É de conhecimento geral que o Brasil é um país cujas dimensões sociais, econômicas e políticas foram constituídas com base na escravização da população negra, advinda por meio de sequestros do continente africano. Esse modelo de produção perdurou por mais de 300 anos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

promovendo discriminações, opressões e violências contra a população negra, consolidando assim o racismo estrutural na sociedade brasileira. Segundo Silvio de Almeida (2019), o racismo não é uma patologia social, além de que, não se detém apenas a comportamentos individuais, esse fenômeno é fruto de uma sociedade onde a discriminação e o preconceito racial são uma regra demarcada por uma tradição que acompanha o país desde a sua formação e, que se reproduz nas ações cotidianas, as quais se refletem nas relações sociais, econômicas e políticas.

O racismo possui diversas vertentes e variações, estando assim situado em todas as camadas da sociedade brasileira, dentre elas, como já foi mencionado, no âmbito da política. Desde o início do processo de colonização do Brasil, as relações de poder estabelecidas entre os colonizadores, nativos e escravizados, foram pautadas na soberania branca na qual a população indígena e africana, por serem considerados seres inferiores, estavam estes submetidos aos ideais estabelecidos pelos portugueses.

Ao decorrer dos anos, especificamente após a abolição da escravatura em 1888, a política nacional voltada para essa população, continuou sob uma conotação nitidamente racista, considerando que os séculos XIX e XX foram marcados por uma forte política migratória de mão-de-obra europeia, sendo esta, financiada pelo Estado para compor o novo modelo de produção capitalista, a qual constituiu de fato uma tentativa de branquear a sociedade brasileira. Considerando que, nesse momento

As teorias raciais e eugênicas ocuparam um lugar importante no debate do início do século XX na sociedade brasileira. A ideia de limpeza racial fazia parte das estratégias de biopolítica utilizadas pelo Estado brasileiro. É importante ressaltar que essa visão de mundo era legitimada por uma biociência que preconizava uma hierarquia racial pautada no modelo das ciências da natureza e no aparecimento do biopoder (Souza,2023, p.255).

Além disso, a libertação desses escravizados ocorreu sem nenhum projeto de reintegração social, fora que os mesmos foram excluídos do novo modelo de trabalho assalariado que estava se formando. Percebe-se, portanto, que a questão racial no Brasil foi tratada desde sua gênese com base na exclusão das diferenças biológicas, políticas, econômicas e sociais, existentes entre negros e brancos, além de que, a originalidade dessas diferenças foram ao longo do tempo incorporadas em uma única matriz, sendo está híbrida e sincrética, denominando de “democracia racial”⁵ (Guimarães,2001, p.122).

⁵ A ideia de que existe uma democracia racial no Brasil é um mito fortalecido durante o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda República (1945-1964). Esse conceito, o qual foi defendido por líderes políticos e intelectuais renomados, de que não existe racismo no país, ganha um significado quando a nação cria para si um “povo”, uma tradição e uma nova origem. Nesse momento, defende-se a ideia de que não existem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em linhas gerais, o racismo estrutural se faz presente no decorrer da história brasileira, e consequentemente manifesta-se na política, sendo este expressado com maior ou menor intensidade dependendo das ideologias defendidas pelo governo em vigência. Com base no que já foi abordado, adiante nos ateremos a discutir como o racismo é algo que está intrínseco no Estado brasileiro e nas decisões políticas e como, consequentemente, este afeta a população infanto-juvenil.

3 O RACISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Ainda que o nosso estudo tenha como vertente teórico-metodológica o materialismo histórico dialético, não poderemos deixar de nos deter sobre alguns conceitos que regem o cenário político e dão suporte ideológico ao governo em estudo, o governo Bolsonaro. Trata-se de nos debruçarmos sobre alguns conceitos como o de biopolítica e necropolítica. Antes de mais nada, é importante destacar do que se trata os conceitos de biopolítica e necropolítica, ambos, respectivamente, criados por Michel Foucault e Achille Mbembe.

É impossível esclarecer em poucas palavras o conceito de biopolítica e toda a sua abrangência teórica e filosófica, no entanto, de maneira sucinta podemos apontar que esse conceito “está relacionado ao movimento de controle do poder sobre a bios, isto é, a vida biológica, o dado orgânico, no entanto, a compreensão deste dado só é possível por meio do social, ou seja, ele não existe dissociado de uma produção narrativa” (Tommaselli, 2020, p.184). Diante disso, podemos compreender que tanto a biopolítica quanto o biopoder simbolizam as questões de controle e domínio sobre o outro, mediante o uso do poder e da soberania. Como exemplo disso, pode-se destacar a colonização da América, sendo essa, segundo Mbembe, uma das primeiras experiências de instauração da biopolítica (Mbembe, 2016, P.130 apud Tommaselli, 2020, p.184).

Já em relação ao conceito de necropolítica, tal como o anterior, esse abarca toda uma grande conjuntura de ideias complexas. Almeida (2021), situa em um de seus escritos que para o filósofo Mbembe o conceito de biopolítica é insuficiente, pois, este não abarca todo o processo de

raças humanas com diferenças civilizatórias próprias, porém, existem culturas distintas. Frente a isso, entendia-se que a sociedade brasileira é fruto da miscigenação entre brancos, negros e indígenas e que, essa mistura étnica poderia absorver os costumes, as tradições e demonstrações culturais de diferentes povos, no entanto, aqueles que não fossem compatíveis com a modernidade seriam eliminados, sendo estes geralmente de origem indígena e africana (Guimarães, 2001, p.123).

ascensão do neoliberalismo e conseqüentemente todas as extensões que esse condicionou, tal como as transformações e as variações extensionais do racismo.

Nessa análise, disposta na obra *Necropolítica*, publicada em 2003, Mbembe para dar sustentação a sua crítica, se debruça sobre o exercício da soberania, o qual está centralizado diante o processo de colonização e do apartheid, experiências essas que não podem se resumir apenas a um adendo de manutenções entre a morte e a vida, considerando que, o poder é soberano, além de tudo, se manifesta através de mecanismos de produção da morte, como a guerra e a própria necropolítica (Almeida, 2021). Não obstante a isso, Tommaselli (2020), dispõe que a soberania moderna está centrada no direito de matar do soberano, o qual é autorizado a realizar tal ato dada as circunstâncias relacionadas a cultura, tradição e costumes regionais. Frente a isso, o autor considera que a política é um trabalho da morte, sendo essa, uma simplificação da necropolítica.

Diante disso, dada a análise da conjuntura atual referente aos últimos anos da política brasileira, especificamente o período após o golpe de Estado de 2016 até meados do final de 2022, momento que demarca a ascensão da extrema-direita, tanto na política, quanto no âmbito social do Brasil, dado o fortalecimento dos seus ideais, das suas condutas repressoras e racistas e, conseqüentemente, a disseminação destes na sociedade brasileira, temos um cenário em que há uma vinculação entre o racismo estrutural a biopolítica e a necropolítica implantada. Adiante, será disposto o quanto o racismo, elemento esse já existente, passa a ser algo escancarado na política e em todas as dimensões do território nacional.

O governo Bolsonaro, como tantos outros que já passaram pela presidência do Brasil, teve em seu mandato fortes características de um governo racista. Associado aos ideais conservadores e de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro realizou ações em seu governo que pactuaram fielmente o racismo, com o que Achille Mbembe chama de necropolítica. A política de morte se aplica a vários momentos desse governo, cabendo aqui destacar o período da pandemia da Covid-19, vírus esse que atingiu todo o mundo e de forma massiva as camadas mais pobres da sociedade, que no caso brasileiro, também concentra na sua maioria a população negra, aqueles que não tinham as condições necessárias para se proteger contra a doença, e que no Brasil, estavam a mercê de um governante que não buscava projete-los dessa ameaça.

Do ponto de vista nacional, segundo uma reportagem publicada pela CNN Brasil no ano de 2020, a qual apresenta a análise de alguns dos dados dispostos nos boletins epidemiológicos publicados pelo Ministério da Saúde, os pretos e pardos compuseram 57% das mortes por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

decorrência da Covid-19, enquanto a população branca representou 41% das vítimas, além de que, quanto o percentual de um negro morrer por decorrência do coronavírus foi de 38% maior do que a de um branco. Diante disso, inúmeros são os fatores que refletem esses números, posto que a população negra no Brasil, ocupa as piores moradias, as quais em muitos dos casos não possuem sequer saneamento básico, além disso, essa parte da sociedade está concentrada nos trabalhos informais, o que conseqüentemente os deixaram mais vulneráveis ao vírus, sem contar que o atendimento dessas pessoas se resumiam, em sua grande maioria, a locais de pronto atendimento ou hospitais periféricos, que nesse momento estavam colapsados (Viñas, Duran e Carvalho, 2020)

Ao considerar as particularidades da formação da classe trabalhadora brasileira, sendo esta de passado escravocrata, a qual deixou heranças de uma nítida fragmentação econômica e social, é possível compreender que atualmente tornou-se uma classe claramente marcada por recortes de raça e de gênero, os quais tendem a especificar os lugares de cada um na sociedade e nos postos de trabalho. Posto que, a população negra mantém-se no Brasil na parte socialmente vulnerável, sendo esta a que ocupa os trabalhos mais precarizados (Sanches, Moisés e Souza, 2020).

Em suma, o Brasil possui uma classe trabalhadora racializada ao considerar que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pretos compõem 55,8% da população brasileira, destes, 54,9% representam a força de trabalho do país, enquanto 64,2% estão desempregados e 66,1% se encontram em situação de desemprego ou em subocupação (Nitahara, 2019 apud Sanches, Moisés e Souza, 2020).

Frente a isso, quando se trata de um cenário de crise sanitária, as pessoas que mais sofrem com os efeitos desta, em suma, é a população negra e periférica, pois, esta se encontra em sua grande maioria na informalidade e conseqüentemente estão mais vulneráveis à doença. Neste momento, dadas as circunstâncias, é esperado que o poder estatal idealize ações de proteção a essa população, no entanto, o que foi posto nesse período, foi um incentivo à exposição desses sujeitos, o que acarretou diretamente na morte de centenas de pessoas negras, como foi apontado acima. Por esse motivo, “O Brasil não pode parar”, uma das campanhas publicitárias do governo Bolsonaro, configurou-se como campanha racista porque ao convocar a classe trabalhadora, desconsiderou as particularidades da mesma e conseqüentemente negligenciou as conseqüências dessa quebra de isolamento social para as pessoas que já se

encontram em vulnerabilidade, demarcando assim com essa campanha, quem deveria ser protegido e quem deveria ser exposto ao vírus (Sanches, Moisés e Souza, 2020).

É notório que nessa conjuntura as crianças e jovens foram fortemente implicados por tal medida, considerando que o trabalho informal urbano é uma atividade econômica que deixou as pessoas mais suscetíveis à contaminação do vírus dada as condições de trabalho que são impostas, sendo essa a que mais absorve o público infantojuvenil no país, tal como mostram as estatísticas da nossa história recente.

Segundo o “Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil” (2023), realizado pela organização Fundo Brasil, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do censo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADC), no primeiro trimestre de 2022, o Brasil havia registrado 50,4% de pessoas que estão na informalidade, considerando também aquelas que trabalham sem carteira assinada e por conta própria. Já em relação à faixa etária desse público, os dados mostram que nesse mesmo período 67,6% do trabalho informal no Brasil era composto por pessoas de 14 a 19 anos, a segunda faixa etária que mais acopla essa forma de ocupação. Já em relação à raça dessa categoria, 53,7% eram pessoas negras, enquanto 46,4% eram brancas. É importante ressaltar que ambos os dados não apresentam alterações significativas em comparação aos anos anteriores. Percebe-se, portanto, que o trabalho informal na sociedade brasileira tem um perfil consolidado, que no caso são os jovens negros que em sua grande maioria advém de periferia.

A atenção de Bolsonaro voltada para a população negra ou para problemáticas como a desigualdade racial são bastante preocupantes, considerando que algumas de suas falas, as quais serão dispostas a seguir, proferidas no decorrer de sua trajetória política, são carregadas pelo forte teor racista, discriminatório e violento. Mediante a isso, é válido pontuar, uma de suas visitas em 2017 ao Clube Hebraico, localizado no Rio de Janeiro, onde o então deputado federal proferiu em seu discurso falas, encaminhadas em seguida à Procuradoria-Geral da República (PGR), sob acusação de racismo ao povo quilombola e indígena (Tommaselli, 2020).

Nesse evento, ele associa o povo quilombola ao peso da arroba, comparando-os assim a um animal, considerando que a arroba é a medida que representa o peso do gado. Além disso, Bolsonaro afirma que caso ganhasse a presidência em 2018, não haveria demarcação de terra para a população indígena, sob o discurso de que onde havia uma reserva indígena existia abaixo dela uma riqueza, além de que, o mesmo indaga que não destinaria dinheiro para ONGs. Ele não para por aí, nesse mesmo evento prossegue com os ataques, pronunciando que o povo

quilombola não faz nada e que não servem nem para procriar. Bolsonaro também realiza outras críticas aos refugiados, incentiva o armamento e profere palavras machistas (Veja, 2017).

A partir desse evento, já se torna nítido a forma como o ex-presidente tratou a questão racial no Brasil. Assuntos tão importantes como a demarcação das terras indígenas e quilombolas, as quais são de saber público, que sofreram e ainda sofrem constantes ameaças das empresas de mineração que atuam de maneira clandestina e ilegal, dizimando milhares de famílias originárias, dentre elas suas culturas, tradições, crenças e principalmente suas gerações. O desdém presente em seu discurso em 2018, não serviu apenas para conquistar o eleitorado adepto a tal crueldade, mas, também serviu como incentivo ao genocídio dessa população e o recrudescimento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Inúmeras são as frases racistas e discriminatórias proferidas por Bolsonaro em toda sua trajetória política. Em 2011, ao participar do programa CQC na Band, o político mostrou-se contra as políticas afirmativas, segundo as suas próprias palavras “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”. Em outra participação na TV Cultura, ainda em 2011, Jair Bolsonaro nega que há uma dívida histórica do Brasil com a população afrodescendente, ele relata: “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida” [...] “O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro.” Além disso, mais recentemente, em 2018, próximo às eleições às quais ele foi eleito à presidência da república, o ex-presidente reitera que as cotas no Brasil são algo “totalmente equivocado”, enfatizando assim o seu repúdio às políticas afirmativas (Carta Capital, 2018).

Outrossim, desde que assumiu o poder em janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro, apresentou excessivas discussões e debates a respeito de medidas referentes à segurança pública, além do papel das forças policiais no Brasil. O governo se mostrou focado no combate à criminalidade, demonstrando grande apoio a todas as forças de segurança. Em seu discurso, o presidente deixa evidentes dois pensamentos, dos quais se trata da facilitação do acesso às armas de fogo e a implementação do chamado "excludente de ilicitude", ou "licença para matar". Tais políticas, segundo o presidente, aspiravam preservar os profissionais de segurança ao possibilitar, para estes, mais condições para atuar sem punição legal, em diversas conjunturas (Figueiredo, Marques e Lagreca, 2022).

Mediante a isso, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) aponta que houve um expressivo aumento no fluxo de armas no país, assim um número que era de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

640.000, chega a 1,5 milhões de armas com registro ativo, em um período relativamente curto, esse crescimento chega a quase 145%. Outro dado extremamente relevante se refere a arma de fogo, como sendo o principal instrumento nas Mortes Violentas Intencionais (MVI), que em 2022, chegou a 76,5%. Além de que, entre os anos de 2021 e 2022, houve uma expansão das estatísticas, no que diz respeito às crianças que morreram por armas de fogo no Brasil, os índices já alarmantes de 50%, aumentaram para 55,8%. Esses dados refletem os resultados do governo passado, momento em que o acesso facilitado a armamentos e a tentativa de Jair Bolsonaro de armar a população, ampliou os riscos e trouxe ainda mais insegurança para a população, principalmente para o público infantojuvenil quebrando a lógica de segurança pregada pelo presidente.

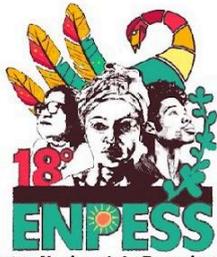
Diante do que já foi posto, é possível identificar que o racismo é algo que está arraigado à política brasileira, na qual se faz presente nos discursos políticos e ações de governo, que exalam a discriminação e o preconceito racial advindo, em muitas das vezes, de um grupo misógeno, que atuou fortemente sob o modelo de Estado Penal, conservador e genocida, tal como o governo Bolsonaro. Frente a isso, nos ateremos a discutir como essa conjuntura impactou a vida das crianças e adolescentes negros no Brasil.

4. O GOVERNO BOLSONARO: UMA AMEAÇA AO PÚBLICO PERIFÉRICO PRETO INFANTOJUVENIL

No Brasil, foi implantado o neoliberalismo⁶ no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, enquanto em tantos outros lugares do mundo, esse pensamento já se espalhava desde há um pouco mais de uma década. Considerando que,

O Brasil foi o último dos países latino-americanos, já no começo da década de 1990, a entrar nesse circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial. (Tavares e Melim, 1998 apud Porto, 2009)

⁶ Trata-se de uma doutrina político-econômica e ideológica do capital, que busca romper com os empecilhos que interferem no processo de acumulação capitalista, objetivando retomar as taxas de lucro, garantir a estabilidade macroeconômica e controlar a inflação. No contexto internacional, os governos pioneiros na implementação do neoliberalismo ortodoxo (primeira fase do neoliberalismo) correspondem respectivamente: à ditadura de Pinochet, no Chile (1973); ao governo Thatcher, na Inglaterra (1979) e ao governo Reagan, nos Estados Unidos (1980). Entre as principais pautas defendidas pelo neoliberalismo estão a liberalização da economia, a desregulamentação dos mercados nacionais e a privatização de serviços e bens públicos (Silva *et al*, 2020) (Ver Silva *et al*, 2020; Behring, 2003).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esse modelo político e econômico surge como uma estratégia para controlar os grupos sociais menos favorecidos, permitindo que o Estado aja através da culpabilização do indivíduo que vai se dar através da criminalização da pobreza e da judicialização da questão social (Andrade, Lira, 2023), conjuntura essa a qual Ferreira (2022, p. 21), vai afirmar que trata-se do

[...] reflexo da diminuição da intervenção estatal na questão social, por meio da implantação do neoliberalismo para responder à crise contemporânea do capital, além de também poder ser interpretada pelo viés de que a judicialização dos direitos esvazia o conteúdo social dessas conquistas que acabam por re(individualizar) e introjetar na sociedade uma perspectiva particularista frente aos problemas sociais.

Em consonância a esses fatores, outro agente que irá atuar nessa fase é o Estado Penal, que segundo Wacquant surge após a consolidação do neoliberalismo. Esse modelo marca a transição do Estado Social para o Estado Penal, processo que, sobretudo, situa a emergência do capital frente a necessidade de conter a crise, com base na manutenção da lucratividade e na amenização das consequências geradas pela crise (Wacquant, 2001 apud Andrade, Lira 2022).

É importante salientar, como já havia destacado acima, que esse processo ocorre em concomitância a criminalização da pobreza, a partir de que se busca naturalizá-la, frente ao objetivo de manter as desigualdade sociais dada a funcionalidade do próprio Estado Penal, o qual se pauta na contenção e repressão da classe subalterna. Em linhas gerais, essa transição marca o momento em que o Estado inicia progressivamente a substituição das políticas sociais, que tecnicamente deveriam agir em prol da amenização dos problemas da sociedade, passando assim a atuar com base na força militarizada, na punição e penalização das expressões da questão social (Andrade e Lira, 2022).

Além de que, o conservadorismo também entra em ação nesse contexto, ideologia essa que segundo Andrade e Lira (2023, p.29)

[...] naturaliza a criminalização da pobreza e legitima a função penal do Estado, como uma estratégia de gerir e controlar as desigualdades sociais, constituintes das contradições do modo de produção e reprodução do capital. Logo, as forças repressivas e punitivas vão, paulatinamente, ocupando o lugar das políticas sociais.

Dentre tudo, a criminalização da pobreza, “é utilizada pelo Estado penal/repressor como uma estratégia neoliberal para controlar os conflitos e as lutas sociais oriundas das desigualdades sociais inerentes ao seu modo de reprodução” (Andrade e Lira,2023)

Após 2016, assiste-se um cenário de recrudescimento das medidas neoliberais no Brasil, em uma dimensão de tamanha agudização, que a intelectualidade brasileira, buscando melhor



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

caracterizar o atual cenário, em comparação aos períodos anteriores, vem denominando de fase ultraneoliberal⁷. Esse contexto, vem implicando no aumento das medidas que visam reforçar as desigualdades sociais, sobretudo, de classe e raça, cujo contexto, é notório o aumento das manifestações de racismo, principalmente no âmbito da política, na qual suas expressões foram legitimadas tanto nos discursos, quanto na ações de governo.

Essa fase, consolidada durante o governo de extrema direita de Jair Messias Bolsonaro, sintetizou tudo o que há de violações e violências contra a classe trabalhadora, principalmente no que diz respeito à população negra e periférica, retrocedendo tudo aquilo que havia sido construído durante os últimos governos. Diante disso, o governo neofacista, levou “o capitalismo ultraneoliberal de imediato ao encontro da profecia que diz que “a quem tem, mais se lhe dará, e terá em abundância; mas, ao que quase não tem, até o que tem lhe será tirado” (Cislaghi e Demier, 2019 apud Demier, 2020, p.90).

Em linhas gerais, as ações de governo no período de 2019 a 2022, foram marcadas pelo recrudescimento das privatizações e terceirizações do setor público, somadas a um demasiado desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais. Em relação às políticas públicas pode-se destacar que “o governo Bolsonaro, extinguiu cerca de 27.500 cargos em universidades públicas e vedou a abertura de concursos para 68 cargos, por meio do Decreto 10185/2019, objetivando o sucateamento da educação superior pública” (Freire e Cortes, 2020, p.41). Além disso, foram realizados diversos cortes orçamentários voltados para a educação e demais políticas, como saúde e principalmente para assistência.

Diante disso, é possível compreender que nessa conjuntura, a política se materializou como uma política de morte, consolidada sob o exercício do necrocapitalismo, o qual quando não mata, adoece (Miranda, 2021 apud Guedes et al 2022). Frente a isso, Nascimento (2016) apud

⁷ O termo ultraneoliberalismo vem sendo utilizado para denominar e caracterizar a fase mais avançada do neoliberalismo, o seu 3º momento, definida pelas medidas que visam ao recrudescimento de medidas neoliberais, que se manifesta pela a instauração de uma agenda que tem como foco prioritário atender as necessidades do capital financeiro promovendo a exacerbação dos processos de espoliação e expropriação dos bens e patrimônios do país, assim como dos direitos dos trabalhadores. Tais processos se dão a partir de um ajuste fiscal que reduz os gastos sociais e direciona os recursos públicos para o capital financeiro. No Brasil tais medidas se fizeram materializar no governo Michel Temer por meio do documento intitulado: “Uma ponte para o futuro” (PMDB/FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES, out. 2015), e dado continuidade pelo governo Bolsonaro. Tais medidas tem como argumento ideológico combater uma suposta crise fiscal do Estado brasileiro, medidas essas que demandariam inúmeras “reformas” estruturais. (Ver Demier, 2020; Borges e Matos, 2020)

Guedes et al (2022, p.336) afirma que esse modelo atua tomando como base um projeto genocida, o qual se consolida

[...] em todas as suas expressões, simbólico, epistemológico, subjetivo, cultural, social e biológico, como a exclusão engendrada - do mercado de trabalho, das moradias em regiões centrais das cidades, do acesso a equipamentos de cultura e lazer, do ensino médio e superior, das possibilidades de experimentação e vida.

A divulgação de dados referente à letalidade policial é extremamente necessária para apreender a proporção de sua problemática e como seus resultados podem alçar questões sobre direitos humanos, como já mencionado. Antes de mais nada, é importante destacar que

[...] a letalidade é um indicador importante para demonstrar como o Estado executa suas políticas de segurança pública, visto que os altos índices de mortos pela polícia demonstram estratégias autoritárias ou falhas nessa execução. O resultado disto é a expansão da violência estatal de forma desgovernada, subvertendo o dever do Estado em exercer rigorosos controles democráticos e limitações ao nível de violência empregado por seus agentes (Junior e Monteiro, 2022, p.04).

Tais fatos são extremamente relevantes e trazem números expressivos, podendo ser facilmente observado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), o qual revelou que no de 2018, 11 a cada 100 mortes violentas intencionais, aconteceram por policiais, o que representou 17 pessoas mortas por dia, nesse ano foram 6.220 vítimas. Ademais, a divulgação transparente desses números, nos revela não somente a gravidade desta problemática, mas também é essencial para promoção de debates fundamentais a respeito das intervenções policiais.

Segundo dados do Anuário de Segurança Pública, referente a letalidade policial, entre os anos de 2020 e 2021, crianças e jovens, na faixa etária de 12 a 24 anos compuseram um número demasiado de mortes por ações de agentes de segurança pública, chegando a marca de 8,7% a faixa etária de 12 a 17 anos, e de 18 a 24 o número sobe para 43,6%, compondo a maior taxa comparada às demais faixas etárias. Ao que diz respeito a raça dessas vítimas, de acordo com o Anuário da Segurança Pública (2019), no ano de 2018, 6.220 pessoas foram mortas pela polícia, dentre as quais 75,9% eram negras e 25,3% das vítimas de intervenção policial fatal eram crianças e adolescentes.

Frente a isso, os dados nos revelam claramente quem são as maiores vítimas dessa fatalidade, sendo elas, pessoas negras, com uma disparidade que revela que os indivíduos negros são frequentemente as maiores vítimas desses incidentes. Segundo o Fórum Brasileiro de

Segurança Pública, as porcentagens do ano 2019, correspondentes ao primeiro ano do governo Bolsonaro, apontam que 79,1% das vítimas dessas ações policiais eram pessoas pretas ou pardas, um percentual também superior à média anual nacional de 74,4% de todas as vítimas de mortes violentas intencionais que são negras.

Em relação aos índices de medidas socioeducativas, segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2020, foram atendidos 46 mil menores de idade em conflito com a lei. Dentre eles, 59% dos adolescentes eram pretos enquanto apenas 22% eram brancos. Dentre os motivos que mais levavam à ampliação da medida de internação, uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ aponta que o furto e o tráfico de drogas constituíram 75,54% das condutas praticadas pelos adolescentes em conflito com a lei (Brasil, 2019 apud CNJ, 2023).

Além disso, ao analisar as taxas de crianças e adolescentes destituídos do poder familiar no Brasil, segundo o relatório do CNJ (2022), a destituição do poder familiar, apresentou no cenário decorrido após 2018, uma ascendência muito significativa, visto que, até esse período havia números bem menores, que apresentavam uma certa estabilidade, mas, a partir desta data os números passaram a se elevar, representando os maiores já registrados desde 2005, quando saem de menos de 200 até 2018, para quase 600 entre 2019 e 2020, uma alta triplicada em um período de tempo tão curto. Essas estatísticas nos fazem refletir acerca da letalidade policial na conjuntura a qual se desenvolveu o mandato de Jair Messias Bolsonaro, onde é possível enxergar o quanto que o público infantojuvenil esteve sob total desproteção estatal e social, principalmente as crianças e adolescentes negras e da periferia do país, público esse que tende a ser estigmatizado como possíveis criminosos.

Em relação aos dados de medidas socioeducativas e de destituição do poder familiar, percebe-se que o governo atuou em completa conformidade com os interesses ultraneoliberais. Posto que, ao invés do governo fornecer os direitos dessas crianças e as condições necessárias para que os pais tivessem a plena capacidade de cuidar integralmente de seus filhos, o que ocorreu foi a culpabilização dos mesmos frente às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, creche e emprego, direitos constitucionais que o próprio Estado deveria garantir à população e que, no entanto, foi negado, dando continuidade a um ciclo de violação (Ferreira, 2022).

Além disso, durante o seu mandato, o então presidente enfatizou o seu apoio ao trabalho infantil. Em 2020, durante uma live realizada em suas redes sociais, Jair Bolsonaro profere: "Deixa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o moleque trabalhar, poxa. Eu trabalhei, outro dia eu falei que aprendi a dirigir com 12 anos de idade". Ao incentivar o trabalho infantil, o ex-presidente além de estar em contramão com aquilo estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ele também negligencia as particularidades raciais, as quais se dão o trabalho de menores de idade no Brasil, considerando que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016, dentre as 2,4 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 a 17 anos, que estão trabalhando no país, 62,2% são adolescentes pretos e pardos (Martucci,2020). Tais falas só vem a reforçar a tão desafiadora cultura de aceitação que promove e legitima a exploração do trabalho infantil, prejudicando a luta histórica de defensores de direitos humanos de crianças e adolescentes que lutam contra essa mazela social que causam danos físicos e sociais a milhares de crianças e adolescentes de nosso país.

Em suma, o governo Bolsonaro atuou com base em uma ideologia conservadora e altamente racista, a qual criminalizou as camadas mais pobres da sociedade, especialmente o público infantojuvenil, destinando a esses, apenas dois supostos destinos: o trabalho precoce ou a criminalidade, como vimos anteriormente nos dados de trabalho infantil, das vítimas da letalidade policial e de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Guedes et al, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, ao buscarmos analisar o racismo no Brasil, mostrou-se notório que esse é um elemento constituinte da sociedade brasileira, dada as suas características coloniais e de formação baseada na mão-de-obra escravizada. Esse processo resultou em um racismo de caráter estrutural, que de forma enraizada, corroborou para que o preconceito e a discriminação pautados na cor, perpassassem por toda a dimensão da vida social, econômica e política do país.

Buscou-se, portanto, por meio da análise dos discursos e de ações políticas, mostrar que, o governo Bolsonaro, pautado sob uma agenda ultraneoliberal e ultraconservadora⁸, manifestou seu potencial racista, disseminando discursos de ódio contra a população negra e materializando-os em medidas governamentais, e que tais ações afetaram o público infantojuvenil, sobretudo, pela disseminação de uma cultura de estímulo a exploração do trabalho infantil, pela

⁸ O termo vem sendo utilizado para definir o conservadorismo de direita exacerbado, uma vez que recorre ao fascismo. Manifesta-se no resgate de valores reacionários, de teor extremamente discriminatório de classe, raça, gênero e orientação sexual, com intolerância a divergências políticas e defesa de aniquilação do pensamento divergente, portanto com fortes manifestações de teor fascista. (Ver Borges e Matos, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

criminalização da pobreza com seu recorte racial e tão bem especificada pelas medidas negativas e desastrosas de combate a pandemia da Covid-19 e de reforço e estímulos a letalidade policial e a armamentação popular, que veio vitimizar mais fortemente a população pobre e preta, tendo como base uma ideologia que tem como pressuposto a necropolítica.

Por fim, compreendemos uma imediata necessidade, no tocante ao aumento de representação política negra, tanto no parlamento brasileiro, como também nos demais poderes da República, sendo estes, o poder executivo e judiciário, que carecem da composição de pessoas que defendam as pautas contra o racismo e a desigualdade social, do mesmo modo que compreendam a realidade e as necessidades da população negra no Brasil. Além de tudo isso, se faz necessário que hajam mais debates em relação ao racismo e sua enraização na política, assim como também nos diversos espaços socio ocupacionais e diversas esferas da vida social, a fim de quebrar esse ciclo de preconceito e discriminação que tanto assola o público infantojuvenil na sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Necropolítica e neoliberalismo*. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021.

ANDRADE, P. da S.; LIRA, T. S.V. **Neoliberalismo e criminalização da pobreza no Brasil**. *Neoliberalismo e criminalização da pobreza: a (des)proteção social à infância e adolescência no Brasil*. Campina Grande/PB: eduepb. p.15-42. 2023.

ANDRADE, P. da S.; LIRA, T. S. V. *Neoliberalismo e Criminalização da pobreza no Brasil*. **Revista Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros, V. 6, N. 1, Jan/Jun, 2022. Disponível em: [Vista do NEOLIBERALISMO E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL \(unimontes.br\)](https://www.unimontes.br/revista-servico-social-em-perspectiva/2022/01/01/neoliberalismo-e-criminalizacao-da-pobreza-no-brasil) Acesso em: 15 de fev. 2024

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020*. 2020. Disponível em: [4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf) (forumseguranca.org.br). Acesso em: 20 de mai. 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Letalidade policial cai mas mortalidade de negros se acentua em 2021*. 2022. Disponível em: [05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf) (forumseguranca.org.br). Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2019. Disponível em: [content \(universilab.com.br\)](https://www.universilab.com.br/content). Acesso em: 20 jul.2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2023. Disponível em: <https://apidSPACE.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9ee-85b82245dcf2/content>. Acesso em: 20 jul.2024.

BOLSONARO É ACUSADO DE RACISMO POR FRASE EM PALESTRA NA HEBRAICA. VEJA. [S.l]. 06 de abr de 2017. Disponível em: [Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica | VEJA \(abril.com.br\)](#). Acesso em: 17 de fev. 2024.

BOLSONARO EM 25 FRASES POLÊMICAS. Carta Capital [S.l]. 29 de out 2018. Disponível em: [Bolsonaro em 25 frases polêmicas – CartaCapital](#). Acesso em: 19 de fev. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Destituição do poder familiar e adoção de crianças / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo3-primeira-infancia-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Revista CNJ**. Brasília, CNJ, v,7, n.1, jan./jun. 2023. Disponível em: [v. 7 n. 1 \(2023\): Revista CNJ | Revista CNJ](#). Acesso em: 15 de set. 2023.

DEMIER, Felipe. **Burguesia e pandemia**: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro. Políticas sociais e ultraliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 89-101, 2020.

FERREIRA, J de M. *Criminalização da pobreza e reordenamento institucional: o acolhimento de crianças e adolescentes na conjuntura de desmonte das políticas sociais*. Dissertação (Mestre em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, p.136. 2022.